

# Amazônia: Exploração, seus Recursos Naturais e os Índios<sup>1</sup>

Raymundo Heraldo Maués  
*Departamento de Antropologia/CFCH/UFPA*

**Resumo:** Discute-se a sociodiversidade regional amazônica, considerando a existência de várias "Amazônias". Dá-se uma importância especial ao papel dos índios na região, tratando-se também da questão ambiental e do desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Amazônia, sociodiversidade, índios, meio ambiente, desenvolvimento.

## The Amazon Region: Exploitation, Natural Resources and the Indians

**Abstract:** Amazon social diversity is discussed in this essay wherein the fact is stressed that there exists many "Amazonias" within the Amazon region. Here special importance is attributed to the role of the Indians and to the regional environmental development.

**Key words:** Amazon region, social diversity, amerindians, environment, development.

### 1 A SOCIODIVERSIDADE E AS VÁRIAS 'AMAZÔNIAS'

Assim como a própria Amazônia, algumas expressões tornaram-se moda nos últimos tempos: ecologia, biodiversidade, manejo sustentado e muitas outras. Fala-se da biodiversidade como uma das maiores riquezas da Amazônia - senão a maior de todas elas. Chega-se mesmo a argumentar que o interesse internacional hoje tão evidente na preservação da floresta dessa região estaria ligado não ao propalado efeito estufa que poderia resultar de sua devastação, mas sim ao desejo de manter intacta, para exploração alienígena, essa valiosa biodiversidade contida pela floresta. Como diz o geógrafo Orlando Valverde, presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA):

Existem, na hiléia amazônica, infinitas formas de associação complexas de vida. A Amazônia é o maior repositório de seres vivos da Terra. Biólogos avaliam que ali se encontram, pelo menos, 1.500.000 a 2.000.000 de espécies, entre animais e vegetais. Delas, apenas 500 mil estão descritas e classificadas taxonomicamente. Por esse motivo, a Amazônia é um 'paraíso' para os biólogos, zoólogos e botânicos (Valverde, 1989, p. 67).

Quero argumentar que uma outra grande riqueza da Amazônia é a **sociodiversidade**. Essa riqueza se expressa no grande número de povos indígenas, com diferentes idiomas e costumes, constituindo uma etnodiversidade que deve ser preservada pelo respeito à vida e ao modo de vida dessas pessoas, bem como para o enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade. Ao

<sup>1</sup> Artigo escrito originalmente a convite para ser publicado em edição especial da Revista *Ciências Médicas* do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal Fluminense, em Edição Comemorativa da ECO 92. A edição planejada acabou não saindo, por falta de verba. O artigo agora é publicado com algumas adaptações.

lado dessa diversidade étnica, temos populações regionais não índias - caboclos, seringueiros, pescadores, camponeses, garimpeiros, ribeirinhos, negros remanescentes de quilombos, urbanitas, pessoas de todas as classes e categorias sociais - que portam uma diversidade muito grande de formas de organização social e de patrimônio cultural que, por sua vez, também merecem todo o respeito. Com tudo isso, não é possível falar-se no singular quando se está tratando dessa grande área do planeta e nem mesmo é possível pensar somente no âmbito nacional.

Com efeito, é necessário pensar em Amazônias. Escrevi, há alguns anos, em artigo publicado em outra revista:

Como nativo da região, devo começar dizendo que não existe uma só Amazônia, mas várias - uma Amazônia Continental, ou Pan-Amazônia, que repartimos com nossos vizinhos das Guianas (e do Suriname), da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia; e as várias Amazônias nacionais, incluindo a brasileira. Por outro lado, também, dentro do conceito de Amazônia Brasileira, temos de fato duas Amazônias - uma dentro da outra - isto é, a Amazônia considerada como Região Norte, incluída no complexo mais vasto denominado de Amazônia Legal, que foi adrede criada pela política governamental que estabeleceu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). E, finalmente, as várias Amazônias dentro da Amazônia: seus grandes rios, lagos, planícies, planaltos, montanhas, florestas, cerrados e campos naturais" (Maués, 1991, p. 26).

A essa diversidade natural das várias Amazônias soma-se pois a diversidade humana e cultural, que nem sempre obedece às fronteiras étnicas e políticas: já se cunharam hoje, do lado brasileiro,

os termos "brazuelanos", "brasivianos", que se somam ao mais conhecido "brasi-guaios", para designar trabalhadores que vão além da fronteira, sem contar aqueles que seguem para as Guianas, a Colômbia e o Peru. Da mesma forma há povos indígenas, como os Yanomami e os Tiriyo, entre outros, que moram e transitam habitualmente em lados diferentes de fronteiras de Estados Nacionais.

## 2 OS ÍNDIOS E A COLONIZAÇÃO ASIÁTICA NAS AMÉRICAS

Por outro lado, nessa sociodiversidade, antes de tudo está o índio, ou melhor, os povos indígenas. Calcula-se que, na época em que chegaram os portugueses na América, havia, só na Amazônia, entre dois e quatro milhões de índios. Esse cálculo tem sido ultimamente considerado modesto e já se está começando a ampliá-lo, com base em informações de cronistas, assim como nos resultados de pesquisas lingüísticas e arqueológicas (Cf. Oliveira, 1983). Não obstante, mesmo que se tome a estimativa mais modesta, pode-se afirmar que a população amazônica, antes da chegada dos portugueses, era superior à própria população de Portugal em 1500, já que esta somava apenas 1,5 milhão de habitantes.

Por outro lado, os índios estavam aqui há milhares de anos. Deve-se afirmar, a bem da verdade histórica, que é recente a colonização européia nas Américas. O processo de ocupação de nossos continentes começou há 20, 40 mil ou mais anos (as recentes pesquisas de Niede Guidon têm ampliado, consideravelmente, esse início), quando os primeiros colonizadores, de origem asiática, conseguiram transportar-se, através do istmo de Bering, da Sibéria para o Alasca.

Isso aconteceu na época da última glaciação, quando profundas mu-

danças climáticas, provocadas pela alteração do eixo de rotação da Terra, faziam do Oceano Glacial Ártico um mar perfeitamente navegável; quando imensa calota de gelo se estendia pelo centro da América do Norte, impedindo a passagem humana; e quando, devido ao gelo excessivo (também em outras áreas do planeta), o nível dos mares havia baixado, transformando o estreito de Bering num istmo, por onde caçadores siberianos puderam penetrar livremente no continente americano. No momento em que, finalmente, o eixo de rotação da terra voltou a sua inclinação normal e os efeitos da glaciação cessaram, desapareceu o istmo que permitia a fácil transição entre os dois continentes e, também, a muralha de gelo que vedava o acesso ao restante das Américas. Destarte, esses povoadores puderam prosseguir, rumo ao Sul, ampliando o processo de colonização e conquista de uma terra nunca antes palmilhada por seres humanos.

Além desses vieram provavelmente ainda outros, de origem asiática, que atravessaram o Pacífico, em migrações sucessivas, de ilha em ilha, até chegarem ao litoral oeste da América do Sul. Esses povoadores, assim como, talvez, alguns outros de origem diversa, juntaram-se àqueles para constituir os primeiros povos e civilizações que se formaram em nossos continentes (Cf. Meggers, 1979). Eles foram depois chamados de "índios", pelos europeus que aqui chegaram, muitos anos depois, a partir de 1492, devido ao desconhecimento inicial dos novos conquistadores em relação ao "novo mundo" que estavam descobrindo, maravilhados. Não se tratava de um mundo assim tão novo.

A antiguidade da colonização asiática nas Américas havia provocado muitos frutos, entre os quais o desenvolvimento de algumas civilizações comparáveis, em vários aspectos, às que tinham

se desenvolvido na Europa, na Ásia e na África. As civilizações dos Maias e dos Astecas conseguiram grandes avanços culturais, desenvolvendo a escrita, a literatura, a matemática e a astronomia, conseguindo calcular com precisão o calendário solar e produzindo bibliotecas que eram mantidas (no caso dos Astecas), inclusive por particulares (Cf. Soustelle, 1990). Infelizmente, a violência dos novos conquistadores, espanhóis, portugueses, franceses, ingleses, holandeses, que, no seu afã de conseguir riquezas, nada respeitavam, acabou por destruir parte muito considerável dessas realizações, sem falar em dois outros efeitos, ainda mais violentos: o massacre físico das populações<sup>2</sup> e a condenação de seus descendentes a um sistema de dominação colonial que os relegou, até hoje, ao atraso cultural e econômico, mesmo nos países onde a colonização europeia conseguiu gerar riquezas consideráveis, em proveito dos atuais descendentes dos novos colonizadores.

No caso da Amazônia, não é possível deixar de lembrar as grandes realizações das culturas marajoara e santarena, no que diz respeito à cerâmica, de grande beleza, que ainda hoje podemos admirar nos museus. Entretanto, do que se perdeu, em termos culturais, de organização social, de pensamento, de conhecimento do manejo sustentado do ambiente, dos rituais, das crenças, do conhecimento da floresta e de muitos outros aspectos da cultura, pouco ou quase nada se pode inferir. Os estudos mais recentes, no Museu Paraense Emílio Goeldi e no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, têm mostrado como os índios da Amazônia foram capazes de domesticar as plantas de uma forma sábia: aperfeiçoando, do ponto de vista

<sup>2</sup> Sobre os efeitos deletérios das epidemias nas populações indígenas, bem como sobre o massacre físico por elas sofrido, tratando do caso brasileiro e de uma época mais recente, Cf. Ribeiro, 1970.

genético, vegetais comestíveis como a pupunha; criando, na mata virgem, um espaço cultural de plantas domesticadas; e controlando, por meios naturais, as pragas das plantações. Grande parte dessa ciência no entanto se perdeu devido ao imenso processo de massacre e depopulação a que foram submetidas as populações indígenas regionais.

### 3 A COLONIZAÇÃO EUROPÉIA, A ESCRAVIDÃO E O MASSACRE DA POPULAÇÃO INDÍGENA

Historicamente, esse processo transcorreu durante a colonização portuguesa da região e prosseguiu, embora com outra roupagem, ao longo do período do Império e da República. Para entendê-lo, é necessário pensar na Amazônia como região de fronteira, sujeita a um longo processo de colonização e de incorporação/integração, primeiramente como colônia do Estado Português e, mais tarde, como parte integrante do Estado Brasileiro.

No chamado período colonial de nossa história, já que os portugueses eram muito poucos em relação aos índios, foi necessário manter um sistema complexo de guerras, alianças, ação missionária e repressão da mão-de-obra (indígena e importada da África) para estabelecer o domínio e realizar a exploração dos recursos naturais da região. Até meados do século XVIII os missionários, sobretudo jesuítas, desempenharam papel fundamental nesse processo, embora se declarassem amigos dos índios e procurassem defendê-los, de várias formas, da escravidão e de outros abusos a que eram submetidos pelos colonos e autoridades. Pensando nos índios como "gentios" (isto é, pagãos), nômades e bárbaros, os missionários procuravam "descê-los" para aldeamentos próximos às povoações portuguesas e "educá-los" dentro dos pa-

drões que consideravam como "cristãos e civilizados".

Nessa atividade, os padres faziam os índios trabalharem, começando pela construção do próprio aldeamento: igreja e residências fixas. Em seguida os índios eram distribuídos pelas mais variadas atividades, de acordo com suas aptidões: aprendiam ofícios mecânicos, ocupavam-se na lavoura de subsistência, na criação de gado, na caça, na pesca e na coleta das drogas do sertão. Ao mesmo tempo, recebiam aulas de religião e dos rudimentos da civilização européia. Esse método catequético, no entanto, contribuía não só para a destribalização, a desorganização cultural, como também para a morte física (sobretudo em consequência de novas doenças a que eram expostos pelo contato) e, mesmo, para a escravização dos índios (fosse ela aberta ou disfarçada) (Cf. Baeta Neves, 1978; Betendorf, 1910; Daniel, 1976; Fagundes, 1957; Moraes, 1860; Raiol, 1902).

Vale lembrar que, na época colonial, a Amazônia não fazia parte do chamado Estado do Brasil, que se estendia do Ceará para o Sul, mas sim pertencia a uma colônia que se subordinava, diretamente, a Lisboa - o Estado do Maranhão e Grão-Pará (expressão que significa "grande rio"), com capital em São Luís. Durante esse período a principal atividade econômica de interesse dos portugueses na região era a coleta das chamadas "drogas do sertão", isto é, especiarias encontradas na floresta, que constituíam excelente sucedâneo para as indianas: canela, cravo, baunilha, salsaparrilha, cacau, urucu e outras. Ao chegarem à Amazônia, os portugueses iniciaram, desde logo, a coleta das drogas. Foram, porém, os missionários, especialmente os jesuítas, aqueles que mais se destacaram no seu comércio, contando, para isso, com a mão-de-obra indígena. Essa mão-de-obra era usada também na

agricultura e na pecuária, em várias fazendas organizadas pelos missionários (Cf. Azevedo, 1901; Leite, 1943).

A partir de 1750, quando começa a chamada "era pombalina", a política portuguesa sofre profunda alteração no que diz respeito à Amazônia. O governo de Pombal começou no mesmo ano da assinatura do Tratado de Madri, que pretendia regular, na América do Sul, as fronteiras entre as colônias espanholas (os diversos vice-reinos e capitânicas gerais) e portuguesas (os dois Estados do Brasil e do Maranhão). Para tratar do assunto, Pombal nomeou Gomes Freire de Andrade como governador geral do Brasil, enviando seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para a Amazônia. O antigo Estado do Maranhão, que abrangia a atual Amazônia brasileira, mudou de nome, passando a chamar-se de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Já nessa época sua capital tinha sido transferida de São Luís para Belém, em razão da maior importância adquirida por esta cidade, porta de entrada da Amazônia. O Maranhão passava a ser capitania subalterna.

Ao lado dessas medidas mais formais, em 1755 foram adotadas outras, de alcance profundo. Foi decretada a lei sobre a liberdade dos índios do Pará e do Maranhão. Foi retirado, dos missionários, o governo temporal dos aldeamentos indígenas. E foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, visando incentivar o comércio com a metrópole e introduzir um número maior de escravos negros na Amazônia, com o que se pretendia desenvolver a produção agrícola. Logo em seguida, para substituir o sistema de aldeamentos missionários, foi criado o sistema do Diretório dos Índios (1757). E, afinal, em 1759, foram expulsos os jesuítas, cujos últimos representantes deixaram a Amazônia, compulsoriamente, no ano seguin-

te. Outras medidas, complementares, foram a proibição do uso do *nheengatu* (língua geral, tendo como base o idioma tupi, mais falada na Amazônia, nessa época, entre índios, colonos e negros, do que o português), o incentivo aos intercassamentos de índios e portugueses, a transformação dos antigos aldeamentos missionários em vilas e povoações de nomes lusitanos, bem como a vinda, em 1763, da Visitação do Santo Ofício a Belém, para promover uma ampla devassa na vida dos colonos, índios e negros (Cf. Dias, 1970; Lapa, 1978; Leite, 1943; Reis, 1942 e 1963).

A nova política, coerente com a postura regalista e as tendências jansenistas (anti-jesuítas) de Pombal, bem como com a necessidade de reforço do absolutismo e do Estado Nacional português, era, por outro lado, também muito coerente com a carência populacional na metrópole. Isto aparece bem explícito nas instruções que, na mesma época, são enviadas por Pombal e Gomes Freire de Andrade:

E como este grande número de gente que é necessário para povoar, guarnecer e sustentar uma tão desmedida fronteira não pode humanamente sair deste Reino e Ilhas adjacentes; porque, ainda que as Ilhas e o Reino ficassem inteiramente desertos, tudo isso não bastaria para que esta vastíssima Raia fosse povoada; não só julga Sua Majestade necessário que V. Sa. convide, com os estímulos acima indicados, os vassallos do mesmo Senhor, Reíniculas e Americanos que se acham civilizados, mas também que V. Sa. estenda os mesmos e outros privilégios aos Tapes, que se estabelecerem nos Domínios de Sua Majestade, examinando V. Sa. as condições que lhes fazem os Padres da Companhia Espanhóis, e concedendo-lhes outras à mesma imitação, que só não sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de

sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos Domínios de Portugal, antes que nos de Espanha (Apud Moreira Neto, 1988, pp. 26-27).

A despeito dessas palavras, a política pombalina em relação aos índios brasileiros e, conseqüentemente, da Amazônia, teve efeitos muito deletérios. A tão propalada "liberdade" dos índios de fato só existia para aqueles que conseguiam ficar longe das povoações portuguesas. Os antigos índios aldeados pelos missionários, agora sujeitos ao regime do Diretório, eram obrigados a trabalhar para os portugueses a troco de ínfimas remunerações que, muitas vezes, eram embolsadas pelos diretores das vilas e povoações: eles permaneciam, portanto, em regime de semi-escravidão. Os intercassamentos ajudaram a criar uma população mestiça que permanecia miserável e sujeita ao mesmo jugo de seus ascendentes índios. Por outro lado, não houve, como resultado dessa política, um desenvolvimento considerável da produção agrícola e pecuária. A atividade extrativista, sobretudo a coleta e a exportação do cacau, constituía a maior riqueza econômica da região, no interesse dos colonizadores, sendo, no século seguinte, substituída pela extração da borracha. A expulsão dos jesuítas e de outros missionários, bem como o definhamento das ordens religiosas que permaneceram na Amazônia, contribuiu para a decadência do ponto de vista do ensino e da cultura erudita: seus colégios, entre os quais o de Santo Alexandre, em Belém, que oferecia curso de nível superior, foram fechados e suas bibliotecas transferidas para Portugal (Cf. Alden, 1974; Arnaud, 1973, 1984, 1985; Leite, 1943; Reis, 1942 e 1963).

Justifica-se plenamente a hipótese desenvolvida e demonstrada por Carlos Moreira Neto em seu livro sobre os índios da Amazônia:

Nos cem anos que separam o início da política pombalina na Amazônia (1750) da criação da Província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará (1850), o caráter étnico-cultural da região muda de maneira radical e irreversível. Até meados do século XVIII, a Amazônia brasileira apresentava uma face definidamente indígena. Um século depois, os grupos indígenas tribais sobreviventes refluíram, sob o impacto da onda crescente de ocupação nacional, para áreas de refúgio nas matas e altos cursos dos rios, onde se conservavam arredios ou hostis. Ao mesmo tempo, os índios destribalizados pela ação missionária dos séculos anteriores, que constituíam a base da população, tanto nos centros urbanos quanto nas comunidades e núcleos de produção do interior (cacaais, pesqueiros, estabelecimentos de coleta de produtos florestais e de transporte fluvial etc.), desapareceram em grande número (...). A partir de meados do século XIX, a face da Amazônia brasileira se transforma radicalmente pela diminuição drástica do número de índios tribais e destribalizados, que passam de maioria a minoria (Moreira Neto, 1988, p. 14-15).

Com efeito, se já fora prejudicial, aos interesses indígenas, a legislação pombalina, que nominalmente os libertava da escravidão, embora mantendo, na prática, o regime de repressão sobre a sua mão-de-obra, foi todavia pior a legislação posterior, até pelo menos a época do Império. O Diretório foi extinto pela Carta Régia de 12 de maio de 1798, que explicitamente visava integrar os índios à sociedade colonial, "igualando-os" aos colonos portugueses, mas, ao mesmo tempo, organizando e regulamentando as relações de trabalho entre índios e "civilizados"; conseqüências práticas das medidas adotadas foram a liquidação do patrimônio indígena nos antigos aldeamentos, bem como o reforço da servidão.

Com a vinda de D. João VI para o Brasil, em 1808, intensifica-se a ação oficial anti-indígena, em todo o Brasil. A Amazônia passa a subordinar-se ao Rio de Janeiro, embora mantendo ainda uma situação ambígua de ligação com as Cortes de Lisboa, o que só se tornará mais definido após a Independência e, sobretudo, depois do final da Revolta Cabana. Por todo o Brasil passam a ter incentivo oficial as guerras de extermínio contra os povos indígenas considerados rebeldes: é assim com os Botocudos de Minas Gerais, com os Kaingang de São Paulo e do Paraná, com os índios de Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará. Como diz Moreira Neto:

Anote-se a opção franca de extermínio como solução final do problema indígena (...). A política indígena de D. João VI, para certas áreas ou grupos indígenas do país, converte-se em política anti-indígena, isto é, os processos coloniais de dominação e subordinação do índio, como fornecedor de força de trabalho servil ou escrava, são substituídos por uma política de rejeição radical do índio, que deve ser eliminado fisicamente (...). Existe abundante documentação sobre as guerras de extermínio movidas contra vários grupos amazônicos. Os Mura foram repetidamente visados durante o século XVIII e tiveram sua população enormemente diminuída com as operações armadas que sofreram durante e após a Cabanagem. A guerra contra os Waimiri-Atroari, grupo Carib do Vale do Rio Negro, é um exemplo da continuidade dos esforços pela eliminação de um grupo considerado **incivilizável**: sofreram as primeiras agressões no tempo de Costa Favela, no século XVII, e até a década de 1930 (e ainda mais recentemente) estão documentadas ações armadas oficiais dirigidas contra eles (Moreira Neto, 1988, p. 34).

Essa mudança na política indigenista reflete, certamente, o fato de que já não se tem necessidade de sua mão-de-obra para prosseguir no processo de colonização e exploração dos recursos naturais. Não obstante, há um fato de maior importância, que vai ter enormes consequências para a história da Amazônia brasileira e que se reflete também, de maneira profunda, na vida dos índios destribilizados ou não que existiam na região na primeira metade do século XIX. Trata-se da Revolta da Cabanagem, que se estendeu de 1835 a 1840.

Produto das seqüelas deixadas ainda pelo governo colonial, a Cabanagem, como parte do processo mais amplo de revoltas que eclodiram no Brasil durante o período regencial, teve no entanto um caráter marcadamente popular e foi, em toda a história brasileira, o único movimento de cunho revolucionário em que as camadas populares puderam, através de seus líderes, ocupar o poder de uma província, com alguma estabilidade, se bem que somente por alguns meses. Desse movimento participaram camponeses (já havia um campesinato em formação em áreas mais antigas de colonização na Amazônia), fazendeiros, intelectuais urbanos de classe média, índios, caboclos e negros quilombolas. Entre esses revoltosos, segundo Moreira Neto, parte considerável era constituída por uma categoria social de grande importância na época: os "tapuios". Estes, eram índios destribilizados que haviam surgido, em grande número, em consequência da política missionária dos aldeamentos e da política pombalina de sua transformação em vilas e povoações, sob o regime do Diretório.

Não é o caso, neste artigo, de fazer uma análise da Revolta Cabana, mas sim de tratar de suas consequências para as populações regionais. Derrotados os revoltosos pelas tropas do Marechal

Andréa, enviado pelo governo do Rio de Janeiro, iniciou-se violenta repressão contra os antigos rebeldes e sobretudo contra aqueles que ainda se mantiveram em armas até 1840, quando foram definitivamente derrotados, no território dos índios Maué. Essa repressão teve como conseqüências, de um lado, um enorme massacre que se abateu sobre os tapuios e outras categorias de rebeldes (inclusive os índios tribais que apoiaram os cabanos); e, de outro, a integração definitiva da Amazônia no novel Estado Brasileiro que se constituiu na época do Império (Cf. Di Paolo, 1990; Moreira Neto, 1988; Prado Júnior, 1961; Raiol, 1970; Salles, 1971).

#### 4 A EXPLORAÇÃO DA BORRACHA, OS ÍNDIOS E O NOVO SISTEMA DE REPRESSÃO DA MÃO-DE-OBRA

Quando vem a República e se inaugura, no início de nosso século, sob a inspiração do Marechal Rondon, uma nova política indigenista, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), precursor da atual FUNAI, já o quadro da situação indígena da Amazônia está mais ou menos definido tal como se apresenta em nossos dias. Os tapuios haviam desaparecido, enquanto categoria social, dando lugar ao "caboclo". Ao longo do curso do Amazonas e de seus afluentes principais haviam também desaparecido os principais povos indígenas, salvo as exceções, de grupos imensamente reduzidos em número, como os Mundurucu e os Maué. Os grupos tribais sobreviventes haviam procurado os refúgios mais inacessíveis ao colonizador, sobretudo as cabeceiras dos altos rios e as regiões de fronteira, para poderem sobreviver<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Sobre a situação dos índios da Amazônia a partir do período republicano, é fundamental o trabalho de Darcy Ribeiro, já citado acima, *Os Índios e a Civilização* (Ribeiro, 1970).

Não obstante, o processo de colonização e de exploração das riquezas naturais da região prosseguia, com o extrativismo da borracha, que alcançou seu apogeu nos primeiros anos do século XX.<sup>4</sup> E embora os índios tivessem sofrido massacres, ou tivessem sido incorporados como mão-de-obra, em conseqüência da exploração gumífera, já não apresentavam, como no caso do chamado "ciclo das drogas do sertão", a parte mais importante da força de trabalho empregada. O processo de repressão da mão-de-obra se abatia, agora, especialmente sobre o migrante nordestino. Há que considerar, no impropriamente chamado "ciclo da borracha", dois modelos distintos de exploração: de um lado o seringal nativo, tradicional, ou modelo "caboclo"; de outro o modelo do apogeu, ou do "trabo" (o imigrante nordestino), conforme nos ensina o trabalho de Oliveira Filho (1979).

Essa distinção, aliás, é essencial para se compreender os processos sociais de exploração das riquezas naturais da região pelos seres humanos, de acordo com os interesses nativos ou alienígenas, isto é, de acordo com os interesses de um manejo sustentado da flora e da fauna ou de acordo com outros interesses, não necessariamente capazes de respeitar o equilíbrio do meio ambiental regional. O seringal nativo, que se desenvolveu desde o século XIX, quando a borracha começou a ter cotação no mercado internacional, implicava na combinação da exploração gumífera com a lavoura de subsistência e na presença da família do seringueiro na área de exploração; era, nesse sentido, a atividade de um "camponês extrativista", se é que se pode usar essa expressão, no caso. Com o crescimento dos preços no mercado internacional e com a promoção da vinda de muitas le-

<sup>4</sup> Sobre o chamado "ciclo da borracha", Cf. sobretudo os trabalhos fundamentais de Santos (1980) e Weinstein (1980).



vas de imigrantes nordestinos, recrutados nessa região independentemente das calamidades climáticas, mas que já vinham como trabalhadores semi-escravos, devendo ao patrão antes de chegar ao seringal, criou-se um novo modelo, o do apogeu, em que o "brabo" (o nordestino) era obrigado a só produzir borracha, num regime de confinamento nas áreas dos seringais, do qual, normalmente, só podia escapar através da fuga.

Ora, essa distinção, entre o trabalhador autônomo, que pode eventualmente produzir para o mercado, mas que tem um certo grau de escolha e decisão, e o trabalhador inteiramente sujeito ao sistema de repressão de mão-de-obra característico das regiões de fronteira, colonizadas segundo interesses alienígenas, isto é, das elites locais aliadas ao capital nacional e internacional, marca de certo modo a história do trabalho e da exploração das riquezas naturais da Amazônia. Temos assim, num extremo, o índio tribal, inteiramente autônomo, explorando os recursos naturais e produzindo apenas no interesse de sua própria comunidade, passando pelo camponês, pelo extrator autônomo, pelo pescador artesanal, que já produzem para si e para o mercado - dentro de um sistema econômico mercantil, capitalista - até chegar, no outro limite, ao trabalhador assalariado e ao escravo (seja ele índio, negro, ou "escravo moderno" dos seringais ou das fazendas para onde são hoje atraídos peões pelo mesmo processo através do qual, no passado, se atraíam os seringueiros).

O problema é que, do ponto de vista das elites regionais e nacionais, assim como dos interesses econômicos estranhos à região, de nada adianta a labuta do trabalhador autônomo ou semi-autônomo. Por isso a história oficial tende a exaltar a atividade extrativa, na Amazônia, que tem resultado na exporta-

ção de cacau, castanha e sobretudo borracha, ao mesmo tempo em que cala sobre a atividade do pequeno produtor, do camponês, do índio, do seringueiro autônomo, etc. Por isso, também, essa mesma história fala da "decadência econômica" em que se viu mergulhada a Amazônia a partir da 2a. década do século XX, com a queda dos preços da borracha no mercado internacional. Não obstante, o que significou uma decadência, para as elites econômicas e para as classes médias urbanas, resultou numa trégua para os índios ameaçados pela expansão do sistema exploratório da borracha nos altos rios, e representou, para o pequeno produtor autônomo, sobretudo o camponês, a possibilidade da retomada de sua atividade econômica de produção para o aprovisionamento e a venda de produtos no mercado para o atendimento de suas necessidades de consumo (Cf. Maués & Motta-Maués, 1990).

## 5 OS RECURSOS NATURAIS E A NOVA POLÍTICA OFICIAL DE COLONIZAÇÃO: 'INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO'

Os recursos naturais da Amazônia brasileira são muitos e variados, embora uma parte já tenha sido destruída pela exploração desenfreada e predatória do passado, remoto e recente. Temos vasta extensão territorial, com mais de 5.000.000 de km<sup>2</sup>, correspondentes a quase 60% do território nacional, cujos solo e subsolo oferecem grandes perspectivas de aproveitamento. A região apresenta, também, a maior bacia hidrográfica do planeta, com cerca de 1/5 das reservas mundiais de água doce, 19.000 km de rios permanentemente navegáveis, um potencial hidrelétrico avaliado em 100.000 Mw e muitos recursos pesqueiros, tanto oriundos da pesca continental como da marítima. A floresta ocupa 280

milhões de hectares, com cerca de 50 bilhões de m<sup>3</sup> de madeira em pé, assim como muitos e diversificados produtos florestais - borracha, castanha-do-pará, pau-rosa, espécies oleaginosas, medicinais, tintoriais, têxteis, taníferas etc -, bem como variada fauna silvestre. No subsolo se encontra uma grande variedade de minerais metálicos, como manganês, cassiterita, bauxita, ouro, ferro, cobre, níquel, tungstênio, molibdênio, além de diamantes, salgema, sais de potássio, fosfatos, rochas calcáreas, petróleo e gás natural, argilas, caulim, gipsita, materiais para construção (areias, seixos, rochas graníticas), carvão mineral, tinbito e turfa, xisto betuminoso e ocorrências de minerais radioativos (urânio, tório etc., que ainda não foram definidos como de valor econômico). Os solos da região, se adequadamente utilizados, apresentam boas potencialidades para a agricultura e a pecuária, especialmente nas áreas de várzea e nos campos naturais. Mesmo os solos de terra firme, que são pobres, podem ser utilizados por ciclo longo, como a seringueira, o cacau, o dendê, a pimenta-do-reino e algumas frutas tropicais (Cf. Pandolfo, 1989).

O conhecimento desses imensos recursos naturais, que em parte é recente, assim como razões de ordem geopolítica ligadas a uma nova preocupação com a chamada "integração nacional", levaram, a partir do final dos anos 50 deste século, a mais uma investida (duzentos anos depois, como no século XVIII, com a política pombalina), no sentido de promover o "desenvolvimento econômico" regional, com amplo patrocínio do Estado brasileiro. Nessa época a região era esparsamente ocupada, possuindo uma população provavelmente inferior ao número de seus habitantes originais (os índios) na época do início da colonização portuguesa. Pelo Censo de 1960 registrava-se um total de 2.491.990 ha, dos quais 61,37%

se concentravam no Pará. A preocupação "desenvolvimentista", agora mais explícita do que aquela do século XVIII, era pensada a partir da "necessidade" de criar novos mercados para o consumo de produtos do Centro-Sul do país; de expandir mercados de trabalho, de forma a empregar os excedentes populacionais do Nordeste; de explorar os recursos naturais da região como forma de gerar produtos de exportação que contribuíssem para o equilíbrio da balança de pagamentos, bem como para saldar o endividamento externo gerado pela construção de estradas e da nova capital federal; da procura de novas terras, por capitalistas estranhos à região, como forma de investimento, de captação de rendas, ou simplesmente de especulação imobiliária; e, finalmente, sobretudo após o golpe militar de 1964, a partir dos motivos de "segurança nacional", para evitar que, na Amazônia, surgissem movimentos "ameaçadores" como organizações populares expressivas de base rural ou mesmo movimentos guerrilheiros (Cf. Loureiro, 1989). Em suma, nenhum motivo de acordo com os interesses das populações regionais, a não ser de parcela de suas elites econômicas.

Essas ações orientadas pelo Estado podem ser sintetizadas em dois pontos fundamentais: empreendimentos agropecuários e empreendimentos industriais. Por outro lado, a ênfase fundamental foi colocada nos chamados "grandes projetos", priorizando-se assim a grande empresa. Mas, para que tudo isso se tornasse viável, era necessário também criar a infra-estrutura necessária: estradas e grandes usinas hidrelétricas. Ao longo das estradas (Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Brasília-Acre) e em regiões de fácil acesso fluvial, como o Jari, foram se implantando os pequenos e grandes empreendimentos agropecuários. Especialmente deletéria foi a criação de

gado em áreas de floresta, com desprezo aos campos naturais da região, como diz Emílio Moran:

Particularmente responsável pelas altas taxas de desmatamento no sul do Pará e Norte de Goiás e Mato Grosso são os 'pecuaristas'. Desde 1966 a SUDAM e o BASA vêm oferecendo incentivos fiscais que permitem a pessoas físicas direcionarem até 50% do imposto de renda em investimentos na Amazônia, aprovados pela SUDAM. Por cada cruzeiro de imposto de renda investido, o Banco contribuía com três cruzeiros de capital, e o lucro dos quatro cruzeiros na empresa recebia isenção de tributação por dez anos. Esta transferência de capital foi responsável por grande parte do desmatamento da Amazônia (...). A grande maioria dos projetos aprovados pela SUDAM está ligada a projetos agropecuários extensivos, com uma média de 24.000 hectares, e alguns com mais de 100.000 hectares. Dos 950 projetos aprovados até 1985, 631 foram no setor da pecuária (...). Esses projetos têm baixíssima absorção de mão-de-obra, usando em média um empregado por cada 300 hectares.

Estudos econômicos recentes mostram que essas fazendas só têm retorno econômico quando recebem a totalidade de incentivos fiscais disponíveis, um subsídio pago pelo tesouro da união (Moran, 1990, p. 301; Cf. também Fearnside, 1984 e 1985).

Ao lado da devastação da floresta, essa política oficial provocou uma enorme concentração fundiária. Outro estudioso das questões amazônicas, Jean Hébette, afirma:

A Amazônia (de hoje), com seu (Programa Grande) Carajás, suas hidrelétricas monumentais, sua fábrica de alumínio, seus aeroportos, seus computadores, mantém a mesma estrutura fundiária dos tempos do rei Felipe IV de Portugal (...). Quem nunca viu os números publicados oficialmente pelo INCRA não pode imaginar a grandeza dessa concentração. Ultimamente, esses números nem foram mais publicados, tão chocantes eles são (Hébette, 1989, p.125).

E, para exemplificar, publica os dados de 1972 e 1978 sobre as propriedades rurais na Amazônia brasileira:

**PROPRIEDADES RURAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

TAMANHO DAS PROPRIEDADES	NÚMERO		ÁREA TOTAL DE CADA TIPO	
	1972	1978	1972	1978
Até 100 ha	48.491	56.930	1.495.006 ha	2.067.423 ha
De 100 a 1.000 ha	17.858	39.053	4.966.804 ha	7.717.947 ha
De 1.000 a 20.000 ha	6.018	9.284	20.066.648 ha	32.021.463 ha
Acima de 20.000 ha	229	523	12.899.173 ha	38.427.461 ha
<b>TOTAL</b>	<b>72.596</b>	<b>106.330</b>	<b>39.427.631 ha</b>	<b>80.234.294 ha</b>

**FONTE:** INCRA. Estatísticas Cadastrais, 1978. Brasília, 1985, vol. I, p. 65.

Os números falam por si sós, mas vale inicialmente chamar atenção para o fato de que, em 1972, as peque-

nas propriedades (de até 100 ha), que correspondiam a 66,80% do total, ocupavam somente 3,80% da área total,

enquanto as grandes (de mais de 20.000 ha), correspondentes a 0,31% do total, ocupavam 32,71% da mesma área. Já em 1978 os números cresceram muito, em parte porque os grandes proprietários foram obrigados a declarar ao INCRA suas posses, mas, em parte, por um crescimento real, que reflete o movimento de ocupação das terras na região durante os anos 70. A concentração, por outro lado, aumentou: de um lado, as propriedades de até 100 ha, correspondentes a 53,54% do total, ocupam agora somente 2,58% da área total, enquanto as de mais de 20.000 ha, correspondendo a 0,49%, passam a ocupar 47,90% da área; por outro lado, fácil é verificar que, agora, as 523 grandes, possuindo praticamente a metade de todas as terras, detêm, portanto, quase tanta terra quanto as restantes 105.807.

Há mais de dez anos atrás, em 1983, num Painel sobre os Grandes Projetos da Amazônia, levado a efeito durante o XI Encontro Nacional de Economia, promovido pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), realizado em Belém, dizia o jornalista Lúcio Flávio Pinto:

Apesar da crise econômica brasileira, não cessaram os investimentos em grandes projetos na Amazônia. Sofrendo os efeitos do fechamento do crédito internacional e da inanição cambial do país, ainda assim prosseguem as obras da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, o maior empreendimento do setor público em toda a história da região, no valor de 7,5 bilhões de dólares; o consórcio multinacional Alcoa-Shell acelera o ritmo do maior projeto privado desta década no Brasil, o complexo industrial de São Luís, no qual gastará 1,5 bilhão de dólares de recursos próprios; a Companhia Vale do Rio Doce também sustenta o Projeto Ferro Carajás, de 3,7 bilhões

de dólares; a Companhia do Jari, sucessora do império montado pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig, torna-se a terceira maior empresa privada do país em patrimônio (Pinto, 1987).

Hoje, com a conclusão e funcionamento desses projetos, "o que existia de mais sólido" no Programa Grande Carajás - PGC (à exceção do Projeto Jari) (SÁ, 1987), é possível fazer-se uma análise mais completa dos efeitos dos grandes projetos montados basicamente como enclaves na Amazônia, com amplo patrocínio do governo brasileiro, através de empresas privadas e estatais, multinacionais ou não, que exploram as riquezas regionais - exportando sobretudo matérias primas ou produtos beneficiados só naquilo que é menos oneroso e poluidor da natureza - sem nenhum interesse efetivo na satisfação das necessidades das populações locais.

Vários desses projetos são anteriores ao PGC e a maioria foi integrada a ele, a partir do início dos anos 80: o Projeto Ferro Carajás, situado na serra dos Carajás, a 200 km de Marabá, objetivando produzir 35 milhões de toneladas anuais de ferro; o projeto Trombetas, visando a extração da bauxita da região do rio Trombetas, em Oriximiná; o Projeto Albrás/Alunorte, visando produzir lingotes de alumínio e alumina, na região de Barcarena, próximo a Belém (a Alunorte tem sido postergada, sendo a alumina fornecida ao empreendimento pelo Consórcio Alumar); o Projeto Alumar, da Alcoa, em São Luís, que previa, para 1990, a produção de 300 mil toneladas de alumínio e 2 milhões de toneladas de alumina; e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a maior hidrelétrica localizada somente em território brasileiro, destinada em grande parte a produzir energia subsidiada para a fabricação de alumínio. Contraditoriamente, se Tucuruí abastece Belém e diversos municípios paraenses, gerando também energia que está

ligada ao sistema do Nordeste, não atende os municípios do Baixo Tocantins e mesmo os bairros da cidade de Tucuruí, município no qual se localiza (Cf. Bentes, 1989).

O PGC, no entanto, inclui grandes e médios projetos, dentro de uma área de 895.265 km<sup>2</sup> (20,6% da área total do Brasil), situando-se na Amazônia Oriental, entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba, abrangendo parcialmente os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão. Levando em conta os recursos naturais disponíveis,

os projetos do PGC foram ordenados em três segmentos: a) o minero-metalúrgico, que inclui os grandes projetos - Ferro Carajás, Alunorte, Albrás, Alumar, além de médios e pequenos projetos sidero-metalúrgicos; b) o agropecuário e florestal (prevendo financiamento de produção de soja, cana-de-açúcar, carvão vegetal, pastagens de boa qualidade, manejo sustentado da floresta para produção de madeira etc.) e; c) o de infra-estrutura, que inclui a infra-estrutura já existente (ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, porto de Ponta da Madeira, hidrelétrica de Tucuruí etc.), sua ampliação e a instalação ou ampliação de núcleos urbanos e distritos industriais (Bentes, 1989, p. 103).

A despeito de suas explícitas "boas intenções", também o PGC tem contribuído, como as demais intervenções autoritárias do Estado na economia regional, para a desestruturação da economia local, a desagregação e a perda de identidade cultural das populações atingidas, bem como para repercussões negativas no tocante à preservação e ao manejo sustentado do ambiente amazônico.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Trabalhos recentes produzidos como dissertações de mestrado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, demonstram os efeitos nocivos dessa política seguida nos últimos anos (Cf. entre outros, Brito, 1994; E. B. Rodrigues, 1995; E. J. Rodrigues, 1988; Lobo, 1989).

## 6 EM CONCLUSÃO: A NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA VOLTADA PARA OS INTERESSES E ASPIRAÇÕES DAS POPULAÇÕES REGIONAIS

Essa rápida resenha histórica da Amazônia brasileira permite afirmar que a região só viveu bem, de forma harmônica, no tocante a sua fauna e sua flora e ao conjunto do seu meio ambiente, enquanto foi colonizada e explorada em seus recursos naturais por seus colonizadores originais, de origem asiática: os índios. Por outro lado, ela permite também sustentar uma idéia que não é original, mas freqüentemente tem sido esquecida ou desprezada: a de que só podem dar certo, para promover o desenvolvimento de uma dada região, as políticas que sejam formuladas no interesse e de acordo com as aspirações das populações regionais.

Para isto é necessário retomar a noção da sociodiversidade, já que não há interesses e aspirações uniformes, perpassando todas as camadas, classes sociais, ou grupos étnicos distintos. Até os dias de hoje, todas as políticas de colonização e exploração dos recursos naturais da Amazônia têm sido traçadas de acordo com interesses alienígenas e/ou das classes dominantes locais aliadas a esses interesses. É preciso inverter o objetivo de tais políticas, se se deseja promover, verdadeiramente, o desenvolvimento da região, respeitando a ecologia e o meio ambiente.

Os interesses e aspirações das populações regionais têm de levar em conta não só a sociodiversidade, como também três dimensões distintas, mas interligadas: o interesse econômico-social na satisfação das necessidades materiais e de associativismo; as aspirações que dizem respeito à satisfação de necessidades psíquicas - tanto dos indivíduos

quanto dos grupos sociais - ; e, finalmente, mas não menos importante, os aspectos ligados à cultura, enquanto um sistema simbólico expressivo, capaz de estabelecer a comunicação entre os atores da vida social, bem como resultar em produtos de natureza intelectual e/ou material (o folclore, a arte, a ciência, o lazer, a educação etc.).

Não é possível deixar de frisar, por outro lado, que as soluções técnicas não estão desligadas da política. Nesse sentido vale lembrar as palavras de Moran, na conclusão de seu livro sobre ecologia humana da Amazônia:

A ecologia humana não é uma plataforma política, mas não se esquece tampouco do papel da política nos processos adaptativos humanos. A 'racionalidade' de sistemas humanos é um processo dirigido pela ideologia e pelos interesses de grupos que obtêm controle sobre as instituições que a definem. Quando os grupos dominantes são a maioria da população atuando através do processo democrático, a racionalidade pode refletir o consenso da população. Infelizmente, na maioria das sociedades hierarquizadas, a racionalidade do sistema reflete os interesses econômicos de minorias politicamente dominantes (Moran, 1990).

A citação envolve muitas idéias complexas, não sendo possível discutí-las por inteiro, na conclusão deste artigo. Desejo reter apenas um aspecto, com o qual concordo inteiramente, e que gostaria de enfatizar: a importância do processo democrático para solução dos problemas ligados ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Exatamente porque temos tido um capitalismo autoritário e governos não democráticos, exatamente porque a sociedade civil não tem podido organizar-se suficientemente para agir de acordo com os interesses da

sociodiversidade amazônica e brasileira, é que temos tido políticas danosas às populações regionais e ao meio ambiente.

As diversas soluções para a questão ambiental e do desenvolvimento regional passam por algumas questões bem conhecidas, das quais pelo menos uma parte já está em vias de implantação, graças às pressões hoje exercidas por vários tipos de organizações, inclusive as regionais (de índios, camponeses, seringueiros e vários outros grupos sociais).

- uma reforma agrária bem conduzida, que não pode vir somente de cima, como solução pronta para os pequenos e médios produtores rurais, mas que também se faz, por exemplo, através de ações organizadas de sindicatos rurais, de camponeses e de trabalhadores sem terra;

- a demarcação das terras indígenas, com o atendimento real das necessidades e aspirações desses povos, que precisam manter sua diversidade linguística e cultural, mas atingindo graus de cultura e desenvolvimento tecnológico comparáveis aos das chamadas nações "civilizadas";

- a manutenção das atuais e a criação de novas reservas extrativistas, onde e quando essa solução seja viável e do interesse das populações locais;

- a exploração da madeira e de outros recursos florestais através do manejo sustentado, visando a preservação desses recursos como riqueza renovável e, também, da biodiversidade regional;

- o reflorestamento de áreas devastadas, inclusive daquelas que se transformaram em pastagens degradadas, ou sua reconversão para outros tipos de produção agrícola;

- a revisão da política que conduziu aos grandes projetos, passando o governo a dar prioridade aos pequenos e

médios empreendimentos, tanto no campo como na cidade;

- a atenção aos graves problemas das cidades da região, que se urbanizou celeremente nos últimos anos e já necessita, em suas principais cidades, de uma bem conduzida reforma urbana;

- e, sobretudo, a inversão, através de políticas adequadas, do fluxo de benefícios gerados pela exploração dos recursos naturais da Amazônia, que hoje se destinam mais a favorecer os interesses de grupos econômicos situados fora da região (no Brasil e no exterior), do que o empresariado, as classes médias e os trabalhadores (rurais e urbanos) da Amazônia.

Essa não é, certamente, uma lista exaustiva de medidas, nem tem a pretensão de ser uma política global para a região. Mas o espírito que orienta essas propostas é o que fundamentalmente precisa ser preservado: o interesse e as aspirações das populações amazônicas, na sua sociodiversidade.

Uma última palavra, sobre os índios. Ela é necessária, já que nós, pretensos "civilizados", temos sempre uma imagem idealizada dos primeiros habitantes das Américas: não conseguimos ainda perder, quer a noção a respeito do "terrível canibal animalesco", quer a idéia, também falsa, do "bom selvagem cheio de pureza" (ficamos numa dicotomia entre inferno e paraíso, entre anjo e demônio, como "bons cristãos" maniqueístas que somos). Nas palavras de dois pesquisadores do Museu Goeldi, em recente publicação desse instituto de pesquisa:

As reservas indígenas (...), cuja demarcação é urgente, não podem, nem devem, ser consideradas áreas de preservação do meio ambiente (o que significa que as necessárias áreas de preservação devem ser consideradas à parte). Além de ser uma noção discrimi-

natória, ela é infundada. Algumas populações indígenas já estão em relação com o mercado e a tendência é a intensificação desta relação, que já leva à venda de madeira, procura de ouro, caça e pesca para fins comerciais, etc., fatos amplamente documentados. É o exercício do seu direito e constitui um processo quase inevitável. É preciso evitar, entretanto, a exploração desenfreada de terceiros, a qual, em geral, leva a problemas de saúde e de destruturação sócio-cultural extremamente graves, como no caso recente dos Yanomami. A proposta de ajudar a desenvolver, nessas áreas, atividades rentáveis (desde que requeridas pelos índios) que não acarretem o esgotamento dos recursos naturais, introduz uma problemática bem semelhante à da passagem do aviamento à agricultura camponesa ou da modernização dessa última.

O problema é semelhante no caso das 'reservas extrativistas'. Plenamente justificadas como meio de defender um grupo social e dar para ele o tempo e as condições para dominar suas transformações, elas dificilmente podem ser consideradas áreas de preservação (a não ser que se retire a esse grupo a liberdade, duramente conquistada, de decisão e escolha). Uma consequência lógica dessa liberdade é a tendência ao reforço da agricultura (e da pecuária) presente, e freqüentemente dominante, nesses grupos (Léna & Oliveira, 1991, p. 17).

A esse respeito é preciso observar, contudo, que, em muitas situações, a política indigenista oficial acaba impondo, de modo autoritário, maneiras de agir que resultam, na prática, no cerceamento dessa mesma liberdade de escolha.

Não podemos esquecer daquilo que é óbvio: os seres humanos são, para nós, mais importantes do que as plantas e os outros animais. Se é importante

preservar a natureza, no interesse dos próprios seres humanos, é importante também que eles - sejam índios ou seringueiros - tenham meios de agir sobre a natureza para exercer, autonomamente, sua capacidade de produção e reprodução das condições de sua própria existência, com conforto e dignidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDEN, D. *O Significado da produção de cacau na região amazônica*. Belém: NAEA/UFPA, 1974.
- ARNAUD, E. *Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1973.
- ARNAUD, E. Os Índios da Amazônia e a legislação pombalina. *Boletim de Pesquisa do CEDEAM*. Manaus, v. 3, p. 75-84, 1984.
- ARNAUD, E. A Legislação sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão nos séculos XVII e XVIII. *Boletim de Pesquisa do CEDEAM*. Manaus, v. 4, p. 34-72, 1985.
- AZEVEDO, J. L. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Lisboa: Tavares Cardoso, 1901.
- BAETA NEVES, L. F. *O Combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- BENTES, R. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Belém: IDESP, 1989. p. 89-113.
- BETENDORF, J. F. *Chronica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. *Revista do IHGB*, v. 72, n. 1. tomo LXXII, parte I (1909). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1910.
- BRITO, D. C. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá*. 1994, Dissertação de Mestrado. Belém, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará.
- DANIEL, J. *Tesouro descoberto no Rio Amazonas*. Anais da Biblioteca Nacional, tomos I e II. Rio de Janeiro, v. 95, 1976.
- DIAS, M. N. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- DI PAOLO, P. *Cabanagem, a revolução popular na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1986.
- FEARSIDE, P. A floresta vai acabar? *Ciência hoje*, v. 2, p. 45-52, 1984.
- FEARSIDE, P. Rondônia: sem florestas na próxima década? *Ciência hoje*, v. 4, p. 92-94, 1985.
- FERNANDES, F. *A Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HÉBETTE, J. *A questão da terra*. In: *Estudos e problemas amazônicos*. Belém: SEDUC/IDESP, p. 115-127, 1989.
- LAPA, J. R. A. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, Lisboa: Instituto Nacional do Livro, Livraria Portuguesa, 1943, v. 3-4.
- LÉNA, P., OLIVEIRA, A. Notas sobre expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia, In: LÉNA, P., OLIVEIRA, A. (Org.): *Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- LOUREIRO, V. R. A história social e econômica da Amazônia, In: *Estudos e problemas amazônicos*. Belém: SEDUC/IDESP, p. 9-55, 1989.



- MAUÉS, R. H. Amazônias: regional identity and national integration, *Ciência e Cultura*, v. 43, p. 26-31, 1991.
- MAUÉS, R. H., MOTTA MAUÉS M. A. Pesca e agricultura na Amazônia: a integração de uma comunidade rural ao modo de produção capitalista. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 6, p. 29-40, 1990.
- MEGGERS, B. *América pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MORAN, E. *A Ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MOREIRA NETO, C. *Índios da Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MORAES J. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, de Brito & Braga, 1860.
- OLIVEIRA, A. E. Ocupação humana. In: SALATI, E. *Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense/CNPq., 1983, p. 144-327.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. O caboclo e o brabo. *Encontros com a civilização brasileira*, v. 11, p. 101-140, 1979.
- PANDOLFO, C. Os recursos naturais da Amazônia. In: *Estudos e problemas amazônicos*. Belém: SEDUC/IDESP, p. 71-87, 1989.
- PINTO, L. F. Os grandes projetos e a crise. In: COSTA, J. M. M. (Org.): *Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas*. Belém: NAEA/UFGPA 1987.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estados*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.
- RAIOL, D. A. (Barão de Guajará). *Cathechese de índios no Pará*. Anaes da Biblioteca e Archivo Publico do Pará, tomo II. Belém: Imprensa Oficial, 1902.
- RAIOL, D. A. *Motins políticos, ou, história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970 (1865/1890). v. 3.
- REIS, A. C. F. *A Conquista espiritual da Amazônia*. São Paulo: Escolas profissionais Salesianas, 1942.
- REIS, A. C. F. A ocupação portuguesa do vale amazônico. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. (Org.): *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1963. v. 1, p. 257-272.
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SÁ, P. Carajás: a proposta de desenvolvimento regional integrado. In: COSTA, J. M. M. (Coord.): *Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas*, Belém: NAEA/UFGPA. 1987.
- SALLES. V. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro: FGV/UFGPA, 1971.
- SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- RODRIGUES, E. B. *Espaço-ambiente e intra-urbano de Belém e qualidade de vida dos trabalhadores*. Belém, 1988, Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFGPA.
- SOUSTELLE, J. *Os Astecos na véspera da conquista espanhola*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VALVERDE, O. A Amazônia: o meio ambiente. In: *Estudos e problemas amazônicos*. Belém: SEDUC/IDESP, p. 57-70, 1989.
- WEINSTEIN, B. *Prosperity without development: the paraense elite and the Amazon rubber boom, 1850-1920*. New Haven, 1980 - Master's thesis, Yale University.